

A ideologia do Estado autoritário no Brasil

Ricardo SILVA. **A ideologia do Estado autoritário no Brasil**. Chapecó: Editora Argos, 2004. 363 p.

Julian Borba*

*“A tradição de todas as gerações mortas
oprime como um pesadelo a mente dos vivos”*

Karl Marx

*“A impossibilidade de defender ‘cientificamente’ posições
práticas [...] baseia-se em razões profundas.
Tal atitude é, em princípio, absurda, porque as diversas
ordens de valores se defrontam no mundo em luta incessante”*

Max Weber

As duas frases acima foram utilizadas como *epígrafe* no livro de Ricardo Silva. Elas foram reproduzidas aqui, entre outras razões, pelo fato de que cada uma representa de forma sintética as duas grandes linhas de argumentação desenvolvidas na obra que passaremos a resenhar¹.

Começamos pela frase de Marx. Dela, depreende-se a dimensão *analítica* do trabalho em questão. Tal dimensão é explorada, em termos teóricos, através do conceito de ideologia e, no plano empírico, através da análise detalhada de uma certa tradição do pensamento político brasileiro.

Para tratar da “ideologia”, o autor reconhece que, diante da polissemia do conceito, sua abordagem implica a entrada num

* Doutor em Ciência Política pela UFRGS, Professor da Univali. E-mail: jborba@globalite.com.br

¹ O livro é uma versão da tese de doutoramento do autor, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unicamp, em 1998.

verdadeiro “labirinto” (p. 31), o qual é percorrido até encontrar uma entre as várias possíveis saídas. Como é que se dá esse percurso? Começa resgatando suas origens iluministas de uma “ciência das idéias” em Destutt de Tracy, passando pela interpretação negativa conferida por Napoleão ao associar ideologia à metafísica e ao ocultamento do real. Tal interpretação, como sustenta o autor é apropriada por Marx e Engels, em **A ideologia alemã**, quando utilizam a metáfora da “câmara escura”, onde a ideologia é inserida no conjunto de uma teoria social, sendo a ela conferido o papel de distorção da realidade. É discutido ainda o processo de “neutralização” do conceito na Sociologia do Conhecimento de Karl Manheim, para, finalmente, chegar a uma defesa do potencial analítico, a partir da obra de John Thompson (1995). A defesa vai se operar pela “materialidade” da ideologia e sua associação com a dominação; em outras palavras, na interpretação de Silva, as ideologias têm uma materialidade que está relacionada ao papel que as formas simbólicas representam na “estruturação das relações sociais” (p. 40). Este papel, porém, não é neutro. Segundo o autor, existe a ideologia quando se mobilizam idéias visando ao estabelecimento e/ou à manutenção de relações de poder. Tal uso do conceito mantém sua dimensão crítica, afastando-se, porém, de uma interpretação “economicista” da ideologia, como fez um certo marxismo. A esta dimensão propriamente analítica do conceito, o autor complementa uma abordagem normativa, que é buscada na obra de Habermas, em sua diferenciação entre as “ciências empírico-analíticas” e as “ciências críticas”, as quais estariam norteadas “pelo ideal de emancipação em relação aos poderes hipostasiados”. Em suma, a saída do labirinto encontrada por Silva vai se dar no sentido de afirmação da pertinência analítica do conceito, juntamente com a explicitação de um ideal normativo de uma sociedade isenta de relações de poder.

Uma pequena ressalva quanto à discussão teórica realizada pelo autor é que, apesar de trabalhar em vários momentos com a obra habermasiana, acaba por não incorporar a guinada lingüística operada na obra do pensador alemão. Como se sabe, tal mudança fez Habermas abandonar a idéia de “crítica da ideologia” em troca de uma crítica da “comunicação bloqueada”. Essa

inflexão traz importantes impactos sobre a teoria da ideologia, que poderiam ter sido enfrentados no livro.

O segundo capítulo é dedicado a um balanço das interpretações do pensamento autoritário no Brasil. O diagnóstico do autor é que nenhuma delas conseguiu captar a transformação por que passou esse pensamento. A literatura tende a identificar que aquele tipo de pensamento político que se formou no início do século XX – através de autores como Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, Francisco Campos e Alberto Torres –, servindo de instrumento de legitimação ao arcabouço institucional do “Estado Novo” experimentou seu fim juntamente com a ditadura varguista. A tese de Silva é que, longe de uma exaustão, esse pensamento experimenta uma transformação “lampedusiana”, no contexto dos anos 50 e 60, principalmente através de dois economistas, Eugênio Gudín e Roberto Campos.

Os quatros primeiros pensadores – Oliveira Vianna (em especial), Azevedo Amaral, Francisco Campos e Alberto Torres – são o objeto principal do capítulo três, intitulado “A Sociologia contra o liberalismo”. Analisa-se aí um grupo de intelectuais conhecidos como os principais representantes do pensamento autoritário brasileiro dos anos vinte e trinta do século passado. Suas obras, inspiradas no ensaísmo sociológico da época, procuravam mostrar a inadequação das instituições políticas liberal-democráticas às características culturais da sociedade brasileira, e propunham, como forma de resolução dos problemas nacionais, um Estado autoritário, com os poderes concentrados nas mãos da tecnocracia estatal emergente. Nas palavras de Silva:

[...] o Estado autoritário teria como meta fundamental a organização da nação e, para a elaboração do programa adequado à realização desta meta, poderia contar com os recursos das ciências sociais, sobretudo da sociologia. Às elites depositárias deste estoque de conhecimentos “científicos”, tidos como indispensáveis à boa gestão estatal, caberia a importante tarefa de ocupar os postos-chave de um poder executivo estatal hipertrofiado (p. 201).

Da análise apresentada no capítulo, verifica-se a estrutura argumentativa utilizada na legitimação do Estado autoritário no

Brasil. Ao desvendar tal discurso, Silva acaba refutando uma das teses mais aceitas pelos estudiosos do tema: a da pretensa “instrumentalidade” desse pensamento, ou seja, de que autores como Oliveira Vianna seriam defensores de um modelo autoritário de organização institucional, como via de preparação e “educação” da sociedade brasileira para a democracia (Santos, 1978). Da interpretação apresentada no livro, deriva um sólido diagnóstico, o de que, se existe alguma natureza instrumental nesse pensamento, essa é em direção ao totalitarismo (p. 336).

Seguindo sua análise, Gudin e Campos são o objeto do capítulo quatro, intitulado “A ciência econômica contra o populismo”. Esses dois autores, apesar de tortuosas trajetórias políticas e intelectuais, ficaram conhecidos pelo público brasileiro como pensadores “ultraliberais”, cujas idéias buscavam demonizar a intervenção do Estado nos diferentes domínios da vida social. A produção deles, que tinha como referência a moderna Ciência Econômica, circulou nos mais variados veículos, sendo porém os pequenos artigos de jornais e revistas os espaços privilegiados de divulgação de suas idéias.

Que possível elemento de comparação haveria entre dois grupos intelectuais tão diferenciados entre si? É nesse ponto que se encontra uma das grandes riquezas do livro de Ricardo Silva. O autor, amparado em vasta documentação bibliográfica, demonstra que os dois grupos ora apresentados estão umbilicalmente unidos na defesa de uma “ideologia do Estado autoritário”, cujos argumentos foram utilizados no processo de legitimação dos dois regimes ditatoriais da história republicana brasileira. Enquanto os primeiros pensadores ofereceram o substrato intelectual para a ditadura do Estado Novo, Campos e Gudin forneceram grande parte da justificação para a ditadura militar pós-1964. Segundo Silva, o que Roberto Campos e Eugênio Gudin promovem é uma “atualização” da estrutura argumentativa utilizada pela primeira geração do pensamento autoritário brasileiro.

Tal estrutura argumentativa seria marcada por elementos comuns, como o diagnóstico de uma crise catastrófica que estaria assolando o Brasil, que nos pensadores dos anos trinta assumia a forma da incapacidade de as instituições liberal-democráti-

cas conseguirem construir a idéia de nação; já para os pensadores dos anos 50 e 60, a crise estaria materializada na incapacidade de a “democracia populista” alcançar os ideais de “desenvolvimento com estabilidade”. Porém, o mais importante é que, além de comungarem de um diagnóstico comum, buscaram justificar também o mesmo modelo de organização institucional que seria capaz de tirar o país da crise: o Estado autoritário. Este seria marcado pela proeminência do Estado sobre a sociedade civil, no interior do Estado, pela proeminência do Poder Executivo sobre os demais poderes da República, e no interior do Poder Executivo, pelo domínio das elites tecnocráticas no processo decisório.

Esse modelo de organização institucional defendido por tais grupos intelectuais foi dominante na experiência republicana brasileira, o que mostra a força e a eficácia das idéias de tais pensadores. Estudá-los é recorrer ao passado para compreender nosso presente, pois qualquer diagnóstico sério de nossa democracia vai identificar que tal estrutura argumentativa e institucional ainda se encontra fortemente presente em nosso cotidiano. Um exemplo seriam as reformas econômicas dos anos 90 e, particularmente, os planos de estabilização. Um breve exame dos argumentos utilizados pelos *policy makers* para justificar planos como o Cruzado e o Real ofereceria inúmeros exemplos de como tal ideologia ainda está presente no Brasil (Borba, 2002).

O modelo de pensamento político estudado por Ricardo Silva pode ser enquadrado dentro daquilo que Hirschman (1995) denominou de “retórica da intransigência”, a qual, como brilhantemente exposta pelo professor de Princeton, ensina, sobretudo, a “*como ‘não’ discutir em uma democracia*” (1995, p. 138). Tal retórica retira do debate público, questões públicas que, por sua natureza, deveriam passar pela opinião, senão de todos os envolvidos, como querem os deliberacionistas, ao menos pelos seus representantes, como advogam os defensores da democracia representativa. Mesmo não sendo “muito exigentes” em termos de democracia, percebe-se que os pensadores estudados no livro são alheios a esta tradição.

Do esforço empírico realizado por Silva, deriva sua segunda linha de argumentação, que se dá no *plano normativo*, através do exercício constante da “crítica da ideologia” e da

defesa de uma sociedade democrática, livre dos constrangimentos impostos pelo exercício sem controle do poder (justificado via argumentos tecnocráticos).

A segunda frase utilizada na epígrafe do livro, retirada de Weber, oferece os fundamentos para tal empreitada. Com relação a esse ponto, cabe destacar que não existe um “capítulo” específico dedicado ao tema. O exercício da crítica e do desvendamento da ideologia aparece de forma simultânea, num jogo dialético entre a refutação e o esclarecimento das questões fundantes da vida política democrática. O pressuposto básico aí é que a deliberação sobre assuntos públicos deve ser resultado do debate e da livre discussão, e não simplesmente sustentada por argumentos ditos “científicos”. Nesse sentido, vale incluir uma citação de Habermas, em sua defesa da democracia deliberativa:

não existe ainda uma questão que seja tão específica a ponto de, tornando-se politicamente relevante, não poder ser traduzida de forma adequada para que um público mais amplo também possa deliberar racionalmente sobre as alternativas que estejam sendo discutidas pelos *experts*. Na democracia não pode haver qualquer privilégio político do saber especializado (HABERMAS, 1997, p. 90, grifo nosso).

Entende-se, como Hirschman (1995), que a solução contra a intransigência é levar o discurso público “para além das posturas extremas e intransigentes (...), com a esperança de que, no processo, os debates possam ficar ‘mais amistosos para com a democracia’” (Hirschman, 1995, p. 139). O autor de *A retórica da intransigência* afirma que a reflexão sobre democracia produziu dois valiosos *insights*, um deles histórico, sobre as origens das democracias pluralistas e, outro teórico, sobre as condições em longo prazo para a estabilidade e a legitimidade de tais regimes (Idem).

Os *ensinamentos históricos* indicam que as modernas democracias não surgiram a partir de um consenso sobre “valores básicos”, mas antes porque vários grupos que estiveram em luta por muito tempo “foram forçados a reconhecer sua incapacidade mútua para alcançar a dominação”, surgindo daí a necessidade da tolerância à diferença como princípio básico de ordenação dos regimes democráticos.

Já os *ensinamentos teóricos* indicaram que a estabilidade e a longa duração dos regimes democráticos “estão diretamente associadas ao processo de legitimação derivado da deliberação plena e aberta de seus principais grupos, corpos e representantes” (IDEM). Em um de seus textos mais recentes, Hirschman proclama que:

Contribuições recentes à teoria da democracia ressaltaram o papel da deliberação no processo democrático: para uma democracia funcionar bem e perdurar, é essencial, afirmou-se, que as opiniões *não sejam* formadas plenamente antes do processo de deliberação. Os participantes do processo – o público em geral e seus representantes – devem manter um grau de abertura ou de caráter experimental em suas opiniões e estar dispostos a modificá-las em consequência de argumentos que serão apresentados pelas partes oponentes e, mais simplesmente, à luz de novas informações que podem surgir no decorrer dos debates públicos. *Sem um processo político que manifeste pelo menos alguma aspiração a esse quadro reconhecidamente um tanto idílico, a democracia perde sua legitimidade e fica, assim, ameaçada* (HIRSCHMAN, 1996, p. 94, grifo nosso).

Percebe-se, então, que a superação da tradição de pensamento político estudada por Silva, envolverá um processo de desobstrução do debate, de modo que as instituições democráticas venham a assumir o papel de núcleos centrais do processo de deliberação pública. Desta forma, na medida em que os indivíduos se tornem mais “amistosos para com a democracia” ela poderá obter sua legitimidade a partir de suas próprias regras de funcionamento. Nada indica, porém, que este será o caminho trilhado. O caso estudado neste trabalho indica justamente que as forças da *intransigência* têm sido hegemônicas ao longo da história do País.

Referências bibliográficas

BORBA, J. *Ideologia tecnocrática e cultura política no Brasil: o Plano Real e as eleições de 1994*. 2002, UFRGS, Tese de doutorado em Ciência Política, Porto Alegre, 2002.

HABERMAS, J. *Teoría de la acción comunicativa*. Barcelona: Península, 1985.

_____. Uma conversa sobre questões da Teoria Política. Entrevista de Jürgen Habermas, Mikael Carlehedem e René Gabriels. In: **Novos Estudos Cebrap**, n. 47, mar. 1997.

HIRSCHMAN, A. **A retórica da intransigência**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

_____. **Auto-subversão: teorias consagradas em xeque**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

SANTOS, W. G. **Ordem burguesa e liberalismo político**. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

THOMPSON, J. **Ideologia e cultura moderna**. Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: RJ, Vozes, 1995.